

Boletim sobre o processo político em Moçambique



Número 50 – 9 de Julho de 2012

Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)
Número Especial por: Anna Wallenlind Nuvunga
Tradução de: Maria de Lourdes Torcato
O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

Publicado por CIP e AWEPA

CIP, Centro de Integridade Pública
Rua Frente de Libertação de Moçambique (ex-Pereira do Lago), 354, r/c
(CP 3266) Maputo www.cip.org.mz cip@cip.org.mz
Tel: +258 21 492 335, 82 300 33 29 Fax: +258 21 492 340

AWEPA, Parlamentares Europeus para a África
Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo
Tel: +258 21 418 603, 21 418 608, 21 418 626
Fax: +258 21 418 604 e-mail: awepa@aweпа.org.mz

Comerciantes de carbono querem acesso a 1/3 de Moçambique no REDD+ – mas o MICOA diz não

Companhias que se dedicam a vender créditos de carbono gerado pelas reduções de emissões de carbono devidas à reduzida desflorestação, requereram direitos sobre um terço de Moçambique. Mas o Ministério do Ambiente (MICOA, Ministério para Coordenação da Acção Ambiental) está a resistir à pressão das companhias, do Conselho de Ministros e do Banco Mundial para acelerar o processo.

CO₂ da REDD é menos que o CO₂ que vem das centrais de energia a carvão

O dióxido de carbono (CO₂) poupado por causa dos planos da REDD+ será menos que o CO₂ gerado pelas novas centrais termo-eléctricas a carvão em Tete.

Estão aprovadas ou planeadas 4 centrais de produção de energia alimentadas a carvão com capacidade de 7,600 megawatts (MW) para aproveitar o carvão de menor qualidade que sai das minas de Tete. (Em comparação, a barragem de Cahora Bassa tem uma capacidade de 2,075 MW).

Pode fazer-se uma estimativa das emissões de carbono comparando-a com a Kendal, a maior e mais eficiente central de energia da Eskom na África do Sul, que gera 6,500 toneladas de CO₂ por ano e por capacidade instalada de MW. Assim, os 7 600 MW em Tete criariam 49 milhões de toneladas de CO₂ (mtc) por ano.

Isto é muito mais que quase a totalidade estimada de CO₂ que pode ser poupado em Moçambique com a REDD+.

Em meados de Junho o MICOA declarou que num futuro próximo nenhum projecto de companhia privada seria aprovado, embora pequenos projectos-piloto de ONGs (organizações não-governamentais fossem considerados e um já está em andamento em Manica. (Ver páginas X e Y)

As companhias querem contratos que lhes dêem o direito de vender créditos de carbono, mas o MICOA está a resistir porque há muitas questões que se colocam, por exemplo: A quem pertence o carbono? Isto é mais um saque à terra ou é uma maneira de Moçambique ganhar dinheiro e proteger as suas florestas? Como vão ser os rendimentos distribuídos? Estando os preços do carbono tão baixos, o negócio é viável?

Em Moçambique, os requerimentos e propostas nos passados dois anos incluem dois provenientes de companhias politicamente poderosas:

Mozambican Carbon Initiatives (MCI, 15 milhões de hectares em sete províncias) e *Hawa* (4 milhões de ha em Cabo Delgado). MCI é maioritariamente propriedade da Universidade Eduardo Mondlane, enquanto na *Hawa* o membro da Comissão Política da Frelimo detem 20%. (Ver páginas X-Y) Há também propostas de duas grandes ONGs internacionais: *Flora and Fauna International* (4 milhões de ha na Reserva do Niassa cujo sítio na Web diz ser “do tamanho da Dinamarca” e aparentemente agora reduzida a projecto piloto muito menor) e a WWF (500,000 ha em Cabo Delgado). A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) está a considerar uma proposta para 210 000 ha na Reserva do Gilé, na Zambézia.

As ONGs moçambicanas estão divididas. O Centro Terra Viva (CTV) é membro do grupo de trabalho dos créditos de carbono de Moçambique, mas a JA! (Justiça Ambiental) opõe-se e recusa participar. (Ver Pag Z)

As posições perante o MICOA estão igualmente divididas, com alguns a elogiar a sua cautela sobre contratos que poderiam vir a ter consequências imprevisíveis para as comunidades locais e outros, na comunidade internacional, que acham que o MICOA está a arrastar o assunto e a provocar demoras desnecessárias.

A pressão vinda do lado do Conselho de Ministros e do Presidente Armando Guebuza no final do ano passado, por uma aprovação sem demora, baseava-se no ponto de vista de que os créditos de carbono podiam gerar receitas para o governo, e era também uma resposta ao intenso *lobbying* pelos potenciais investidores. Mas a decisão de Junho de dizer não aos contratos privados para já, é interpretada como significando que o MICOA convenceu o Presidente de que não há dinheiro fácil e há muitos perigos nos grandes contratos REDD+.

Estimativas de possíveis poupanças de carbono e dos possíveis ganhos têm grandes discrepâncias que vão dos 29 milhões de US\$ por ano até a 1 Bilião; as possíveis poupanças podem variar entre 6 milhões de toneladas de dióxido de carbono por ano (CO₂ mtc) até 73 milhões de mtc por ano. (ver Pag 2).

Estes possíveis lucros devem ser postos no prato da balança com outros usos da terra, e o próprio governo avisa que “os direitos do carbono podem potencialmente afectar o acesso da comunidade aos recursos para o seu sustento e exacerbarem a pobreza”.

A REDD (*Reducing Emissions from Deforestation and Degradation*) foi apresentada à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em 2005 como um modo de pagar aos países em desenvolvimento por não abaterem as suas florestas. As propostas das companhias estão a ser feitas ao abrigo da REDD+ que se atribui o

Quanto carbono? 6 ou 73 milhões de toneladas? 29 milhões \$ ou 1 bilião \$?

Há vastas diferenças nas estimativas de carbono que pode ser poupado e dinheiro que pode ser ganho.

A Proposta de Estratégia de Redução de Emissões do MICOA tem dois objectivos. Um objectivo é plantar um total de 380,000 ha de novas florestas até 2025. A plantação de eucalipto é a mais comum e depois de adulta captura 5 toneladas de carbono por hectare e por ano, podendo portanto capturar 1.8 milhões de toneladas de CO₂ (mtc) por ano por volta de 2025. (A estratégia de reflorestação de 2009 era mais optimista e falava de 620,000 ha por volta de 2025, o que daria 3.1 mtc por ano)

O segundo objectivo é reduzir a desflorestação do nível de 2002 de 0, 58% por ano, para o histórico nível de 0, 21% por ano por volta de 2025, em vez do nível previsto de 1.4% em 2025. Com isto se poupariam 400,000 ha de floresta por ano em 2025. O miombo (mato natural) tem uma densidade muito diferenciada e por isso a estimativa do carbono poupado por não abater árvores é apenas de 10 toneladas por hectare, ou 4 mtc por ano.

Em resumo, a actual política do governo podia poupar entre 5.8 e 7.1 mtc por ano.

Em contraste, a *Hawa* estima que a área do projecto proposta de 3.7 milhões de ha pouparia 12 mtc por ano. A este nível, as poupanças só nos 22, 5 milhões de ha de floresta densa de Moçambique cobertos pela REDD+, seriam de 73 mtc por ano, 10 vezes a estimativa do MICOA.

O preço do mercado para os créditos do Certificado de Redução de Emissões das NU chega aos 15 US\$ por ano e por tonelada em meados de 2011 e desde então caiu drasticamente: está abaixo dos 5 dólares desde o início de 2012. Assim a estimativa mais baixa dos possíveis créditos de carbono (a estimativa mais baixa do MICOA a 5 dólares) só renderia 29 milhões de US\$ por ano. Mas no extremo mais alto (a estimativa da *Hawa* a 15 dólares a tonelada), podia render 1 bilião de US\$ por ano.

papel de conservação, manejo sustentável das florestas e melhoria da retenção de carbono pelas florestas.

Os dois principais programas do REDD+ são do Banco Mundial (*Forest Carbon Partnership Facility*), de que Moçambique é membro, e o das Nações Unidas (*Collaborative Programme on REDD*) (UN-REDD).

Quem vai comprar o carbono?

O desflorestamento e a degradação da floresta representam 20% das emissões globais de gases de estufa. De acordo com o "Relatório Stern sobre a Economia das Mudanças Climáticas" de 2006, a redução do desflorestamento é a "maior oportunidade para reduções lucrativas e imediatas das emissões de carbono". A ideia por trás da REDD é que é mais barato reduzir as emissões provenientes do desflorestamento do que reduzir as emissões industriais, e isso consegue-se atribuindo um valor financeiro ao carbono retido nas florestas.

O Protocolo de Kyoto e o Mercado Europeu de direitos de emissão de CO₂ (EU ETS – European Union Emissions Trading Scheme) definem limites às emissões e a alguns poluidores: em vez de reduzir as suas próprias emissões, paga-se a alguém para fazê-lo. Este comércio de carbono consiste em comprar e vender permissões para poluir e é conhecido como o "mercado regulamentado". O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) faz parte do mercado regulamentado e é composto por projectos de redução de carbono no mundo em desenvolvimento. A maioria dos créditos MDL foram vendidos pela China. África tem apenas 2% do créditos MDL. A maioria dos projectos de MDL reduzem as emissões de gases industriais ou investem em energia hidro-eléctrica.

Há ainda um "mercado voluntário", onde empresas, por motivos éticos ou de relações públicas escolheu comprar créditos de CO₂ não produzidos para compensar as suas emissões de

carbono.

De acordo com o Banco Mundial, em 2011 o mercado de carbono cresceu em valor cerca de 11% para 176 mil milhões de dólares e mais de 10 mil milhões de toneladas de dióxido de carbono. Mas isso foi "em grande parte impulsionado por prevaricações e arbitragem", por "negócios financeiramente orientados", e não por novos créditos de CO₂, admite o Banco. Na verdade, o Banco afirma que "os preços do carbono reduziram-se significativamente" no ano passado, e que existem "sinais crescentes de excesso de oferta a longo prazo" de créditos de CO₂. Isto é em parte resultado de elevados limites de emissão da UE, o que significa que precisam de ser comprados menos créditos para compensar a poluição acima dos limites estabelecidos.

Então a grande questão é: Quem vai comprar os créditos de CO₂ de Moçambique? E a que preço?

Sem quadro global – só perguntas

Ainda não há uma estrutura global para a REDD e a estratégia de Moçambique para REDD + ainda está a ser elaborada. Assim, muitas questões fundamentais continuam sem resposta. A vice-ministra do Ambiente, Ana Chichava, no seu discurso de abertura numa conferência sobre REDD, nos Pequenos Libombos, Maputo, em 02-04 Maio de 2012, disse que tinha sido abordada por jornalistas locais quando ia a caminho para o seminário. "Eles queriam que eu desse as minhas opiniões sobre as vantagens e desvantagens com a REDD +. Eu disse- lhes para voltarem na sexta-feira; talvez eu tivesse uma resposta nessa altura". A REDD está em prática em Moçambique desde finais de 2008, mas a vice-ministra não esconde que ainda considera o REDD + problemático.

Os créditos REDD já são vendidos no mercado voluntário, mas a ideia original era que o REDD poderia ser financiado através de um mercado regulamentado. Isso exige a inclusão do REDD nos acordos de mudanças climáticas. O REDD tem vindo a ser discutido em negociações sobre o clima há muitos anos, mas sem consenso sobre o modo de o fazer.

Em Moçambique ainda não se tem uma definição sobre o que é uma "floresta".

Com tantas perguntas sem respostas, tanto a sociedade civil como as organizações internacionais estão divididas sobre o que Moçambique deve fazer.

A vegetação de Moçambique

<i>Milhões de hectares</i>	
Floresta	40.0
<i>da qual</i>	
Densa	22.5
Aberta	16.4
Outra mata	14.7
Pastagens	9.4
Agricultura	11.4
Sem vegetação	0.6
Água	0.9
TOTAL	78.0

Explorando novamente África

"Somos contra a REDD, que é apenas outra invenção do mundo desenvolvido para continuar a poluir. Sendo parte dele é dar-lhes legitimidade. Tratam-se de promessas falsas, apenas uma outra forma de explorar os recursos de África", diz Eugnelio Boquine da União Nacional de Camponeses, UNAC.

"A REDD vai anular ou atrasar outros esforços para resolver os problemas climáticos. Toda a

ideologia por trás dela está errada ", diz Nilza Matavel da Justiça Ambiental (JA!)

A JA! e a UNAC temem novas ocupações de terras e a perda de controle e independência das comunidades dependentes das florestas para sua sobrevivência. Matavel cita as experiências negativas com "cowboys de carbono" na Indonésia e no Brasil, e casos em que empresas de comércio de carbono usaram métodos sem princípios para convencer as comunidades a assinar contratos que lhes dão o direito sobre florestas. Boquine argumenta que a REDD é um mecanismo muito complicado e os camponeses não têm conhecimentos e experiência para participar nele.

A JA! é também crítica do modo como o processo se está a implantar em Moçambique. Em 2009 a JA! foi convidada pelo Banco Mundial para uma reunião inicial, 6 meses depois foi convidada de novo para uma segunda reunião. Matavel afirma: "Nessa reunião nós sentimos que tudo já estava decidido sem o nosso envolvimento. Reclamámos, dissémos, como isto é possível?". A JA! decidiu abandonar o processo. "Acreditamos que é importante que o processo seja lento, mas nós sentimos que havia tensão e pressa. Acreditamos também que o processo precisa de ser transparente, mas não é. "

A UNAC está ligado ao movimento camponês Via Campesina que se opõe à REDD, argumentando que o comércio de carbono pode pôr em risco a segurança alimentar uma vez que terras e tempo dos camponeses são usados para o plantio de árvores em vez de cultivo de alimentos. Há também um medo de que a REDD possa vir a dar incentivos financeiros para substituir ecossistemas florestais complexos com plantações de monocultura, a usar agrotóxicos e a criar problemas no abastecimento de água. A JA! está ligada a Amigos da Terra, que também se opôs à REDD.

Os críticos dizem que o comércio de carbono é um jogo nulo, substituindo as emissões em vez de reduzi-las, e nunca pode parar o aquecimento global. Isso requer uma redução drástica das emissões de fontes não renováveis de energia utilizadas nos países industrializados.

Grupos internacionais querem avançar

"Se nós nos limitarmos a cruzar os braços, a floresta vai desaparecer", avisa Sean Nazerali, que trabalha com o financiamento à conservação para o World Wide Fund for Nature (WWF).

A REDD em Moçambique

Os Ministérios do Ambiente e da Agricultura são co-responsáveis pelo REDD - MICOA (Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental) para a aprovação dos projectos REDD e do MINAG (Ministério da Agricultura) para a sua implementação. Moçambique é um dos 37 países que se preparam para um sistema de REDD com o Mecanismo de Parceria para o Carbono Florestal do Banco Mundial (FCPF).

Os preparativos em Moçambique são financiados parcialmente pela Noruega, que também apoia uma colaboração sul-sul com o Brasil. A Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) está a prestar apoio técnico à Direcção Nacional de Terras e Florestas (DNTF).

Um grupo de trabalho da REDD foi criado em 2009. Os membros moçambicanos do núcleo são o MICOA, o MINAG, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), e a ONG nacional Centro Terra Viva (CTV). Os membros estrangeiros do núcleo são a Fundação Brasileira para a Amazonas Sustentável (Fundação Amazonas Sustentável, FAS, uma fundação criada pelo governo e grandes corporações brasileiras e multinacionais), o Instituto para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (IIED) baseado em Londres e a empresa de consultoria florestal finlandesa Indufor.

O grupo de trabalho reuniu-se mais de uma dúzia de vezes e no ano passado organizou workshops de consulta em todo o país.

O grupo está a desenvolver uma "Proposta Preparação de Prevenção" (R-PP), que é exigida pelo FCPF antes de desembolsar fundos para os preparativos da REDD. Isto foi aprovado em Março de 2012, permitindo ao FCPF o desembolso de 3,8 milhões de dólares, como está publicado no site FCPF.

Para além do R-PP para o Banco Mundial, o governo está a preparar a sua própria estratégia REDD. Também está a esboçar um decreto para regular a aprovação dos projectos REDD; o esboço do segundo projecto foi divulgado em Junho e o terceiro está previsto para este mês. Finalmente, o governo está também a elaborar uma nova lei de florestas, que abrange os créditos de carbono. Tudo isto poderá levar dois ou mais anos.

O esboço do decreto de Junho cria um grupo técnico para o REDD + onde a UEM e as ONGs têm assentos. Mas também contém uma cláusula de conflito de interesse dizendo que os membros do grupo técnico não pode participar nas reuniões que analisam os projectos apresentados pelas suas instituições.

A UEM é parceira na maior proposta do REDD+, e a CTV é um parceiro num projeto-piloto do REDD+.

O esboço do decreto de Junho também diz que ninguém sem um projeto formalmente registado possa vender créditos de carbono de Moçambique, e que todas as vendas teriam de ser registadas. Além disso, os proponentes de projectos teriam de identificar as suas fontes de financiamento o que, até agora, alguns se recusaram a fazer.

Os dois principais doadores, a Noruega e o World Bank's Forest Carbon Partnership Facility (FCPF), querem mais que isso. Frauke Jungbluth no FCPF disse: "Se o preço no mercado de carbono aumenta e se tornar obrigatório que as companhias compensem as suas emissões, será importante Moçambique estar preparado para ter acesso aos mercados de carbono."

Knut Lakså, responsável pela REDD na embaixada norueguesa, acrescenta: "Não podemos esperar até que um acordo sobre o clima entre em vigor. Temos de tentar diferentes modelos, para ver o que funciona, o que contribuirá para o desenvolvimento de um sistema nacional da REDD. Além disso, a REDD obriga os países a analisar os controladores da deflorestação". E "quando fôr posto em prática um mecanismo que também compense os países que conseguem lidar com a deflorestação, isso é que é novidade e é diferente das medidas de auxílio financiadas que trabalham com as mesmas questões."

A organização ambientalista moçambicana Centro Terra Viva (CTV) é um membro do grupo de trabalho da REDD + que está a elaborar a estratégia nacional do REDD em Moçambique. Ela vê a REDD como uma nova forma de financiar a conservação. "Vemos isso como uma compensação para nos desenvolvermos de uma forma mais sustentável. Mas as emissões na Europa e nos Estados Unidos têm também que diminuir", diz Issufo Tankar na CTV. A CTV está ligado à WWF.

A WWF está a desenvolver uma proposta de projeto REDD + de 500 000 hectares em Cabo Delgado, para tentar reduzir as taxas de desflorestação para perto de zero fazendo com que os agricultores locais tenham rendimentos dos fundos de carbono em vez do tradicional corte e queima de resíduos da agricultura.

Mesmo os defensores estão cautelosos

Mas mesmo os defensores da REDD + são cautelosos. Frauke Jungbluth do Banco Mundial assinala que a REDD é um programa novo em todos o lado e há poucas experiências para aprender delas. Irá levar algum tempo a desenvolver regulamentos e estratégias. Jungblauth acredita que pode ser bom progredir lentamente numa base experimental. Ela realça a importância de se conseguir a distribuição de benefícios e mecanismos locais de resolução de conflitos. Actualmente, se se assinar um contrato e alguma coisa correr mal, não há ninguém a quem se queixar.

Isilda Nhantumbo do IIED está preocupada com a falta de transparência. Algumas das empresas que apresentaram propostas em Moçambique não

ONGs piloto são possíveis, mas o Banco Mundial alerta para falta de metas

Desde 2010, houve candidaturas para projectos REDD + cobrindo um terço de Moçambique, apoiadas por intensas pressões das companhias ao Conselho de Ministros. Em Junho, o governo rejeitou essa pressão, e o MICOA disse que nenhum projeto de empresas privadas seria aprovado num futuro próximo.

Isilda Nhantumbo, uma pesquisadora do IIED e membro do grupo de trabalho do REDD +, diz que "A aprovação de projectos que cobrem metade de uma província tem consequências imprevisíveis a longo prazo, para várias gerações. Nenhum outro país no mundo aprovou um projeto desta dimensão."

Com tantas questões pendentes, há uma demanda para projectos-piloto que permitam a avaliação da REDD +. O MICOA disse também, em Junho, que permitiria que as ONGs realizassem Projectos REDD + piloto, em colaboração com os ministérios, mas ainda não autoriza projectos piloto do sector privado. Pelo menos um projeto piloto já está em andamento.

Mas o Banco Mundial, nas suas observações sobre a "Proposta Preparação de Prevenção" (R-PP) de Março, adverte que ainda há uma falta de clareza quanto ao que os projectos piloto pretendem atingir. Há muitas idéias, mas nenhum plano claro.

O CTV está envolvido com a Fundação MICAIA baseada no Reino Unido naquilo que parece ter o único projeto piloto aprovado, com base em Manica perto do parque de Chimanimani. Este projeto está sendo implementado em colaboração com o grupo de trabalho REDD +. A MICAIA é suportado por fundos noruegueses destinados a auxiliar o governo no processo REDD +. A MICAIA está ligada à *Growing Forest Partnerships*, que por sua vez está ligada ao Banco Mundial, FAO (Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza), e IIED (Instituto Internacional para Ambiente e Desenvolvimento).

se dispuseram a apresentar ou discutir seus planos com o grupo de trabalho nacional da REDD +. Mesmo o MICOA não consegue informação. Francisco Sambo, trabalhando com a REDD no MICOA, expressou as suas frustrações no seminário dos Pequenos Libombos em 2-4 Maio: "Nós perguntamos sempre às empresas: Quem são os vossos investidores? Como vão implementar os projectos? Quem será beneficiado? Mas não conseguimos ter respostas claras."

Quem beneficia? E que mudanças devem ser feitas?

Todos, empresas privadas, governo moçambicano e comunidades locais, esperam lucrar com os créditos de carbono. Como irão os lucros ser divididos? Há dinheiro suficiente para fazer os projectos REDD + viáveis? Especificamente, será que o dinheiro dos créditos de carbono irá compensar as perdas de outros usos da terra postos de lado?

O esboço do projecto de decreto REDD dá às empresas o direito de vender créditos de carbono, mas o esboço da estratégia do projeto diz que a empresa investidora só pode alocar 20% das vendas de créditos de carbono para florestas existentes e 30-40% para novas plantações. Não está claro se os investidores irão aceitar isso, ou se vão exigir mais. Durante o seminário nos Pequenos Libombos, argumentou-se que os 20% para as empresas era irrealista, porque as experiências de comércio de carbono como as da Envirotrade em Sofala (ver página X) mostram custos do projeto muito altos. Dos dois maiores projectos propostos, a MCI propõe 20% para os investidores e 30% para os custos do projeto e administração, enquanto Hawa quer 35% para os investidores.

O esboço do projecto de estratégia não é claro, mas sugere que 20% da renda de Moçambique destinar-se-á a executar o programa REDD; em particular, o monitoramento vai ser muito caro. E sugere que um valor de 10% a 20% se destine às comunidades, com o resto indo para o governo. O CTV está a pressionar para que a maior parte dos ganhos de créditos de carbono vá para as comunidades e não para governo central e os administradores intermediários.

Há um conflito entre a estratégia de desenvolvimento de Moçambique e a REDD+. A política do governo é desmatar 6 milhões de hectares de floresta para a agricultura comercial, e a "Proposta Preparação de Prevenção" (R-PP), diz que 5 milhões de hectares estão previstos para o biocombustível. A implementação do REDD + em larga escala significa optar por uma nova estratégia de desenvolvimento.

O Banco Mundial, nos seus comentários de 28 de Março sobre o R-PP, observa que um dos "motores da desflorestação [é] o desenvolvimento da agricultura comercial" e "o documento não está claro como futuras concessões de terra em grande escala serão tratadas". Afirma ainda que o R-PP não define "como garantir um alto nível de apoio para enfrentar interesses escusos por trás de alguns controladores da desflorestação (tais como extração ilegal de madeira, mas também em concessão de terras em grande escala para o desenvolvimento da agricultura comercial)."

Além disso, as comunidades locais fazem uso extensivo de florestas, e os contratos da REDD + poderiam forçar as comunidades a fazer grandes mudanças nos seus sistemas de produção. Embora possa ser possível controlar as queimadas e a agricultura itinerante, existem outras fontes de desflorestação, incluindo o fabrico de carvão e corte de madeira para a construção, que são importantes

fontes de renda rural, especialmente para as pessoas mais pobres.

Para a REDD + funcionar, os lucros do comércio de carbono precisam ser maiores do que os ganhos da produção de carvão, exploração madeireira e agricultura. Um estudo de 2009 da Universidade de Gotemburgo, na Suécia, mostrou que os preços do carbono actuais podem ser suficientemente altos para tornar algumas formas do desmatamento camponês não lucrativas, mas os biocombustíveis trarão maiores rendimentos do que os créditos de carbono da REDD +.

Será que as comunidades locais concordam com grandes mudanças?

A desflorestação realizada pelas comunidades está principalmente relacionada com a pobreza, portanto a pobreza tem de ser resolvida se a REDD quiser ser eficiente, e muitos dos projectos propostos têm componentes de redução da pobreza. Estes incluem o envolvimento da comunidade na protecção das florestas e plantio de árvores, o desenvolvimento de pequenos negócios através de micro-créditos, a melhoria dos métodos agrícolas para reduzir a agricultura itinerante, e fogões melhorados para reduzir uso de carvão vegetal.

Porém, as comunidades terão de concordar em grandes mudanças nos seus padrões de produção para a REDD ter sucesso. Isso exige que as comunidades vejam vantagens óbvias e aumentem o seu rendimento com tais mudanças.

"Não se pode dizer às pessoas 'não façam carvão' se não se apresentarem alternativas ", afirma Issufo Tankar da CTV. A REDD precisa de trazer benefícios reais para as comunidades. As pessoas irão fazer uma análise custo-benefício.

"Agora a nossa dor de cabeça é encontrar uma maneira de como implementar a REDD, sem entrar em conflito com as comunidades locais", admitiu a vice-ministra do Ambiente, Ana Chichava, no seminário dos Pequenos Libombos de 02-04 Maio.

A proposta do esboço de projecto REDD do decreto de Junho coloca a obrigação nos proponentes do projeto em obter um acordo das comunidades locais. As propostas devem conter provas de que o proponente tenha ouvido as opiniões dos ocupantes da terra - o projecto usa a frase "auscultação do titular do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra". Uma vez um projeto aprovado, o proponente tem quatro anos para

chegar a um acordo formal com todas as comunidades locais.

Isilda Nhantumbo do IIED adverte que entregar enormes áreas a empresas privadas é arriscado para o país, para as comunidades que vivem em áreas florestais e nas suas proximidades, e para as empresas que já operam nessas áreas. Ela observa que "a REDD + trata da implementação de

atividades que contribuam para a redução das emissões. As perguntas que necessitam de uma consideração cuidadosa são a forma como as empresas vão cumprir com a utilização da terra que proporcione redução de emissões, como os benefícios serão compartilhados, e como as questões de equidade entram em jogo. "

Grandes projectos propostos por companhias poderosas

Empresas comerciais privadas de carbono, batem à porta do Ministério do Meio Ambiente, MICOA, desde 2010, com propostas de grandes projectos. Os dois maiores vêm de duas empresas politicamente bem colocadas, a Mozambique Carbon Initiatives pedindo 19% de Moçambique, e a Hawa (ou Hewa) querendo metade de Cabo Delgado. Estes casos são discutidos abaixo, assim como o da Envirotrade, que tem 15.000 ha de Sofala e é a única empresa que realmente vende créditos de carbono de Moçambique.

Confusão e controvérsia sobre a MCI e 15 milhões de ha

Ao lado de uma série de Laboratórios de Química da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) está uma das empresas de comércio de carbono mais controversas. A Mozambican Carbon Initiatives (MCI) foi fundada em 2010, sendo 70% propriedade de um fundo dentro da UEM com o vice-diretor Ângelo António Macuácuca como presidente e os restantes 30% são detidos pela Pan African Carbon initiatives (PACI) com sede na Holanda.

A proposta da MCI REDD+ abrange 15 milhões de hectares, 19% do território nacional, com 18 projectos em 7 províncias. O director da MCI, Ása Tham, afirma ter financiamentos de investidores privados, mas não dá qualquer informação sobre os investidores ou PACI.

As relações entre o governo e a MCI são confusas. Tham disse que o governo nomeou dois funcionários, um do MICOA e outro do MINAG, para trabalhar com a MCI em cada província. Ela diz também que em 2010 o governo deu à MCI luz verde para desenvolver projectos-piloto REDD numa área de 50 milhões de hectares. Um oficial sénior do MICOA regeita isto, e diz que apenas foi dado à MCI o direito de realizar estudos sobre a captura potencial de carbono na área. A informação seria útil para o desenvolvimento de uma estratégia nacional uma vez que não há dados recentes sobre a cobertura florestal existente em Moçambique.

A proposta da MCI's REDD+ cobre 15 milhões de ha, 19% do território de Moçambique, com 18 projectos em 7 províncias. Ása Tham, directora do MCI, diz que são financiados por investidores privados mas não dá qualquer informação acerca de investidores do PACI.

"Pedimos estudos, mas eles voltaram com propostas de projectos desenvolvidos. Isso não era nada do que tínhamos decidido. A MCI alega que lhe foi atribuído o direito de desenvolver projectos-piloto, mas não têm sido capazes de nos mostrar qualquer dos acordos assinados entre a empresa e o governo", disse.

Na verdade, dentro do MICOA diz-se que os contactos do MICOA com a empresa têm sido bastante reduzidos porque a MCI não honra o acordo para a realização de estudos.

Tham é controversa em Moçambique. Ela era a directora do Global Solidarity Forest Fund (GSFF), um fundo de investimento florestal pertencente à igreja Sueca e Noroeguesa com um passado sombrio de conflitos graves com comunidades no Niassa. A Direcção Nacional de Terras e Floresta (DNTF) realizou uma investigação após denúncias feitas pelas comunidades em 2010. O inquérito revelou que, em vez de utilizar terras degradadas, como prometido, o GSFF ocupou terras produtivas e limpou a densa floresta nativa para plantar novas árvores. (Ver Boletim 49, 22 de Fevereiro de 2011). Em meados de 2011 GSFF demitiu toda a sua direcção. Tham foi então recrutada por Iniciativas de Pan African Carbon Initiatives para liderar a Mozambican Carbon Initiatives. Tham afirma que as acusações contra ela e o GSFF no Niassa eram falsas, e todo o conflito se resumia a lutas de poder local, entre Renamo e Frelimo. Ela recusou-se a comentar sobre conflitos mais recentes entre a MCI e o MICOA.

Tham recusou-se a mostrar a proposta de projecto ao *Bulletin*, assim como não forneceu qualquer estimativa de créditos de carbono esperados. Mas diz que a MCI dá prioridade a seis projectos, dos quais quatro são:

- Na Zambézia onde trabalham com concessionárias de madeira, o desenvolvimento de planos de manejo florestal responsável. "A questão

fundamental é tornar mais viável economicamente fazer certo do que fazer errado", diz.

- Em Nampula onde vão trabalhar com as ONG em fogões que poupem energia.

- No Niassa, onde o foco são plantações para carvão vegetal e lenha. Também criarão aldeia de florestas.

- E ainda melhorar os métodos agrícolas, utilizando o material orgânico existente para fertilizar os solos e encorajar a rotação de culturas.

"Não há nada de errado em usar carvão vegetal. Muitas pessoas pensam que a solução é a electricidade ou o gás, mas Moçambique tem madeira suficiente. É apenas uma questão de plantar mais do que cortar, de encontrar um equilíbrio entre consumo e produção. Não queremos fazer grandes áreas de conservação REDD, queremos trabalhar com o uso sustentável dos recursos", explica Tham.

A MCI propõe que 50% dos ganhos com os créditos de carbono beneficiem as comunidades nas áreas do projecto, 20% ficariam com os investidores, e os restantes 30% seriam usados para os custos do projecto como a certificação, administração e verificação.

Tham afirma, explicando as enormes áreas propostas para projectos da MCI REDD +, que as florestas moçambicanas não são muito densas e, portanto, não geram muitos créditos de carbono por hectare. Outra razão é o risco de que projectos que abranjam apenas pequenas áreas, simplesmente desloquem as atividades como a produção de carvão vegetal para áreas vizinhas que não estão contempladas no projecto, cancelando as poupanças de carbono.

Apoio político em Cabo Delgado não é suficiente para a Hawa

A Hawa (ou Hewa) apresentou à REDD + projectos que abrangem 3,7 milhões de hectares, metade de Cabo Delgado entre o jogo Reserva do Niassa e Parque Nacional das Quirimbas, onde vivem mais de 500.000 pessoas.

A Hawa - Moçambique Limitada foi registada em 21 de Agosto de 2011, para realizar projectos REDD. 20% são propriedade de Alberto Chipande, membro da Comissão Política da Frelimo, um antigo ministro da defesa, e uma figura importante em Cabo Delgado, através da sua empresa Cist Limitada. Os outros 80% são propriedade de uma empresa dos EUA Hewa LLC, com um "e" ao invés de um "a" (BR n.º 37, III Série de 14 de Setembro de 2011).

Robert Primmer é presidente da Hewa LLC. Numa entrevista ao *Bulletin*, ele enfatiza a transparência da Hewa. A Hewa não tem site, ele não vai nos mostrar a proposta do projecto e não vai

dizer quem são os investidores. Mas sublinha: "Somos transparentes e vamos nos manter assim".

Primmer estima que o projecto dos 3,7 milhões de hectares vá gerar 12 milhões de toneladas de créditos de CO₂ - um patamar visto por muitos como irrealisticamente alto. Ele espera que um misto de conservação e uso sustentável dos recursos florestais vá ganhar créditos de carbono suficientes para desenvolver toda a área. Descreve-o como um projecto de desenvolvimento sustentável de grande escala, ao invés de apenas um projecto de reflorestamento.

A Hawa quer trabalhar em diferentes áreas, com a madeira, a pesca e a agricultura, com projectos de geração de rendimentos, como, por exemplo, fábricas de mobiliário de madeira local, o que seria ligado a escolas de formação. "Primeiro ensinamos como se faz a cadeira, em seguida como se projecta essa cadeira e depois como se administra a fábrica", diz Primmer.

A indústria madeireira será envolvida, através de valor acrescentado com a certificação de actividade madeireira sustentável. "O corte sustentável de madeira produz menos, mas a indústria vai ser capaz de vender a madeira por um preço muito mais alto em vez de a vender barata."

Primmer está consciente do ceticismo e medo em relação a maus investidores em Moçambique. "Nós não queremos ser vistos como parte das ocupações de terras. Não queremos possuir terra, não queremos ser donos das árvores. Estamos apenas interessados no mercado de carbono e queremos capacitar os locais. Queremos ajudá-los a ver o valor da madeira e a usar os recursos de uma forma mais sustentável."

Como a MCI, Primmer argumenta que "não é possível fazer um projecto-piloto pequeno e depois aumentá-lo. Isso implica outros actores e outras questões. Se quiser fazer a mudança real, tem que trabalhar com horizontes grandes. Outra razão é que, trabalhar em pequena escala não dá retorno para os investidores."

"Os mercados potenciais futuros podem ser extremamente lucrativos, se se investir numa fase inicial. Os nossos investidores também querem tentar fazer bem, mas alguns investidores neste negócio têm uma motivação má. Vêem o dinheiro potencial e especulam. Em algumas partes do mundo, a abordagem tem sido 'corram com as pessoas, cultivem árvores e vendam carbono'. As pessoas têm motivos para ceticismo", diz Primmer.

A Hawa criou alguma irritação a nível central, quando começou a fazer *lobbies* para o seu projecto em Cabo Delgado, onde Chipande é influente, sem o ter aprovado em Maputo. Conseguiu convencer o governo provincial, que nomeou um grupo de trabalho para os ajudar a levar o projecto a nível nacional. Esta confusão deu lugar a uma discussão sobre como a aprovação de projectos REDD deve ser tratada em diferentes níveis.

Primmer diz que se o projecto for aprovado, serão investidos 210 milhões de dólares ao longo de 20 anos.

Mas já foi dito à Hawa que não haverá projectos REDD + do sector privado num futuro próximo. "Não temos a certeza de como vamos proceder agora. Estamos a discutir opções com os nossos

investidores ", diz David Axelrod, um sócio de Primmer. "Estamos actualmente a elaborar um acordo com os nossos investidores e irmos rerepresentá-lo ao MICOA nas próximas semanas."

Grandes decepções com o comércio de carbono em Sofala

Um grupo de camponeses furiosos reuniram-se para uma reunião na vila de Pungué. Eles estavam muito zangados, e todos falavam ao mesmo tempo. Estava-se a 6 de Junho e os camponeses ainda não tinha recebido seu pagamento anual da Envirotrade. Nos primeiros anos do projecto os pagamentos foram sempre feitos no início do ano, após o plantio das árvores, mas os pagamentos nos últimos três anos foram adiados. "Eles estão a levar o nosso dinheiro. Trabalhamos duro, mas em vão. Estão a comprar carros caros, enquanto nós estamos a sofrer aqui no mato ", diz um deles." Dizem que há uma crise financeira, mas as nossas árvores ainda produzem carbono, ainda conservamos a floresta, então alguém deve estar a comer desse dinheiro", diz outro.

A Envirotrade com seu projecto junto ao parque da Gorongosa, em Sofala, é aparentemente a única empresa privada em Moçambique, actualmente, a vender créditos de carbono. E foi apontada internacionalmente como um modelo. O site oficial da conferência Rio+20 diz: "O Projecto Comunitário de Carbono de N'hambita está a servir de modelo de demonstração que será replicado em outras áreas dentro e fora de Moçambique."

Mas a experiência de N'hambita falhou e o projecto Gorongosa, está a desaparecer e vai fechar em quatro anos. A gestão da Envirotrade culpa a volatilidade dos mercados de carbono, as crises financeiras na Europa, e talvez mais importante, o fracasso do conceito de vender créditos de carbono por antecipação (ex-ante).

Segundo o modelo, os camponeses são pagos para plantar árvores - assim como para patrulhar e proteger áreas de conservação dos fogos, do corte ilegal e da abertura de novos campos agrícolas. O problema é que as árvores crescem lentamente e que o carbono armazenado na árvore a cada ano vai gerar apenas uma quantia irrisória de dinheiro anualmente dos créditos de carbono. Então a Envirotrade utilizou um método promovido pelo DFID (UK Department for International Development) para vender 100 anos de créditos de carbono por antecipação. Os camponeses com um contrato recebem um pagamento mais elevado, mas apenas durante sete anos, na crença de que eles serão responsáveis pelas árvores, mesmo depois de os pagamentos cessarem, e que os seus filhos e netos irão manter as árvores vivas durante 100 anos.

Nesta base, Envirotrade vendeu antecipadamente créditos de carbono no mercado voluntário a pessoas que queriam ser ecológicas e compensar a sua própria utilização de carbono. Os três maiores compradores de créditos de carbono da Envirotrade, listados no seu site, são a Creative Artists Agency (CAA), que lida com estrelas como George Clooney, e as empresas suecas Hamburger Max Restaurants e Arla Foods. Em 2010, 155.675 toneladas de CO2 foram vendidos a uma média de

8,54 dólares por tonelada, totalizando 1.328.971 dólares.

Quando os créditos de carbono são vendidos, um terço vai para a Envirotrade como lucro, um terço, para a Envirotrade para a gestão, e um terço para as comunidades. Isso asseguraria um lucro saudável, quando os preços de CO2 estavam previstos para ser US \$ 100 por tonelada. Antonio Serra, o gerente nacional da Envirotrade diz que o preço para o carbono é muito baixo e as vendas de carbono estão a cair, enquanto os agricultores recebem um preço anual fixo independente do mercado de carbono. Assim, os ganhos de créditos de carbono são um pouco mais do que o preço do contrato que os camponeses recebem, deixando pouco dinheiro para lucros e custos do projecto. Serra diz que o proprietário da Envirotrade, Robin Birley, tem subsidiado o projecto nos últimos anos. O projecto começou em 2003 e antecede a REDD.

Em 2011, 90.000 USD foi distribuído a 1415 famílias com contratos, uma média de apenas US 63 por família.

Mas a venda de um crédito de carbono por antecipação, na crença de que netos de um camponês irão proteger uma árvore, tem sido crescentemente questionada, e o avanço do mercado voluntário de crédito de carbono por antecipação entrou em colapso.

A desconfiança das vendas antecipadas de carbono é justificada. A maioria dos camponeses do projecto entrevistados pelo *Bulletin* disseram que vão cortar as árvores e vender a madeira no futuro. Alguns disseram que iriam fazê-lo tão logo o projecto terminasse, porque as árvores já poderia então ser usadas para construção de casas e para lenha. A maioria disse que iria esperar até que as árvores fossem maiores. Apenas alguns camponeses disseram que não iria cortar as árvores de todo. Com efeito, a utilização futura da madeira é visto como um dos benefícios do projecto.

Quatro dias a entrevistar camponeses em três comunidades diferentes, que vendem créditos de carbono em Gorongosa, mostrou que as pessoas inicialmente estavam felizes com o projecto, mas que a maioria, hoje, está descontente. No início os

pagamentos eram maiores e sem descontos quando as plantas morressem. Havia também mais oportunidades de emprego no âmbito do projecto durante os primeiros anos. Mas nos últimos anos eles sentem que o projecto tem-se deteriorado, com pagamentos atrasados e cancelados, além de muitos despedimentos. As micro-empresas criadas através do projecto - uma serração, uma carpintaria, uma padaria e vários viveiros - também estão a enfrentar problemas.

"Quando o projecto veio para N'hambita havia poucas outras maneiras de ganhar dinheiro aqui. Vendi o milho do meu campo, e as galinhas que criava. Usei o dinheiro do plantio de árvores para comprar uma TV e um gerador e ainda fiz um depósito no banco para a educação dos meus filhos", disse Francisco Samanjo. Uma mulher em N'hambita mostra-nos a casa de tijolos que construiu. Ainda conta com o pagamento deste ano para acabar o telhado da casa. Também comprou um painel solar que gera um pequeno rendimento para sua família uma vez que outros membros da comunidade carregam baterias com o seu painel.

No primeiro ano do contrato, os agricultores recebem 30% da soma total, uma vez que o trabalho mais difícil é feito no início. Os restantes 6 anos de pagamentos são divididos igualmente - se as plantas sobreviverem. Muitas árvores morrem. Em 2010 apenas 28% dos contratos foram pagos integralmente, e em 2011, apenas 37% dos contratos foram pagos na totalidade.

O técnico do projecto no Pungué, Manuel Gondaiwamue, explica o descontentamento dos camponeses com o facto de que não ter havido monitoramento no início do projecto e, portanto, não terem havido descontos. Quando uma nova gestão assumiu o projecto, os pagamentos são realizados de acordo com desempenho e o descontentamento cresceu. Pagamentos em atraso, aumentaram a desconfiança. Serra explica que a Envirotrade é um negócio, não uma instituição de caridade, e que o cultivo de árvores é como a cultura do algodão - o pagamento é para o produto.

Uma pergunta que o *Bulletin* fez a todos os camponeses entrevistados foi se eles podiam explicar como funciona o comércio de carbono. Ninguém compreendeu o que está a fazer nem porquê. Alguns disseram que eles vendem de carbono, porque o mundo ocidental não tem carbono suficiente. Alguns camponeses disseram que plantar árvores ajudaria as nuvens a ficar, por isso faria chover.

Desde o seu início em 2003 que o projecto tem sido controverso, porque seus fundadores eram Robin Birley e Philip Powell, dois homens que se tornaram famosos no final da era do apartheid. Birley montou e dirigiu o Instituto de Moçambique em Londres, que em 1991-3 fez *lobby* para o movimento de guerrilha da Renamo durante a guerra contra o seu governo em Moçambique. Powell era um senador na África do Sul e porta-voz para protecção e segurança do Partido Liberdade Inkatha (IFP). Foi citado várias vezes no Relatório

da Comissão da Verdade e Reconciliação (TRC), acusado de organizar e armar uma força do IFP em 1992-94, que desestabilizou as eleições de 1994. Em particular a TRC reporta que "o Sr. Phillip Powell do IFP recebeu do coronel de Kock seis camiões de armas de 10 toneladas". Na época do apartheid, Eugene de Kock era um coronel da Polícia Sul-Africana e comandante da Unidade C1 (Vlakplaas), que matou dezenas de ativistas anti-apartheid. Powell já deixou a empresa. A Envirotrade foi financiada pelo Fundo Europeu de Ambiente durante os seus cinco primeiros anos.

A Envirotrade não assinou nenhum novo contrato na Gorongosa desde o início de 2009, e agora decidiu retirar-se quando o último contrato terminar, dentro de quatro anos. O plantio de árvores é muito caro e a ideia de vendas de carbono por antecipação falhou. Mas a companhia está olhando para os projectos REDD+ em duas outras áreas, no Delta do Zambeze e nas Quirimbas, em grande parte para a conservação, mas também para o plantio. Calculam que necessitam de, pelo menos, entre 50 000 e 100 000 hectares de áreas-REDD para o seu negócio se tornar economicamente viável.